

avança na direção desta região fundamental onde se jogam as relações da representação e da finitude”¹.

Enquanto psicanalista, acredito que o exame da “experiência da loucura” tem marcas distintas de outras experiências, como as da lepra, da peste, das doenças venéreas, à medida que a loucura remete à morte permanentemente (é isto que se aprende com a elaboração freudiana da pulsão de morte). Ou, quem sabe, deveria dizer com um certo Foucault que faço tal afirmação pois me encontro no interior de uma episteme que se constitui “de morte”. Enquanto outro Foucault – que me interessa mais – me ensina que a finitude e seus dizeres requerem a expressão permanente e “dobrada” de seus enunciados: modo de escapar da morte, que é um limite inalcançável enquanto símbolo. A morte só (não) se alcança por uma interpretação, seguida de outra interpretação, infinitamente... É nisto que ele caracterizou a especificidade de Nietzsche, Marx e Freud, como pensadores que mostraram os limites da representação.

Pensei que a “Apresentação” brasileira poderia ter sido mais cuidadosa, elaborando as passagens no pensamento foucaultiano, à medida que não seguiu a cronologia da edição francesa. A anunciada (no título) “problematização do sujeito” não se realiza; pouco se aprende acerca de sujeito e subjetivação em Foucault no texto de introdução. Para uma próxima edição, faz-se necessária a revisão. Anoto, entre os nomes mal grafados, Solelrs ou Sallers, Samprun, Khomeimi, Falge, Konchner, Cacicles, Novalia, Empédocle ao invés de Sollers, Semprun, Khomeini, Farge, Kouchner, Cálicles, Novalis, Empédocles; Auchwitz em vez de Auschwitz. Para dizer a cassação política, na página 18, “caçar” em vez de “cassar”; “Gegonwirken” em vez de “Gegenwirken”, “macht” em vez de “Macht”, “transistórica”, caximbo, “hei-lo” etc. O leitor que procura elementos concretos, sai mal informado. Foucault, pensador das pequenas concretudes e elegante escritor, não teria gostado.

1. Michel Foucault. *Les mots et les choses, une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, p. 385.

Dossiê “Leituras do autismo”

A revista *Estilos da Clínica*, publicada pelo Instituto de Psicologia da USP traz, em sua edição do segundo semestre de 1999, um grupo de artigos que tratam sobre a questão psicopatológica e a clínica do autismo. O conjunto é formado por dez trabalhos de diferentes autores que investigam o autismo a partir da perspectiva psicanalítica. Uma resenha pormenorizada de cada um desses escritos fugiria ao âmbito dessa seção. Dessa forma, apresentaremos aqui apenas um apanhado temático geral dos textos, de modo a situar o teor da publicação e encorajar o leitor a reportar-se diretamente aos originais.

O primeiro artigo é do psicanalista argentino Ricardo Rudolfo que discute os períodos intermediários do tratamento psicanalítico com crianças autistas: “... aqueles nos quais coexistem e/ou alternam-se os fenômenos patológicos originais com incipientes – e alentadoras – modificações, fazendo retroceder aquelas pouco a pouco e aos saltos” (p. 11). Retomando a distinção estabelecida por Frances Tustin entre objetos autistas e figuras autistas, o autor descreve o acompanhamento clínico de um menino autista de quatro anos de idade, mostrando como foi possível o gradual abandono dessas “figuras” – que visavam o estabelecimento de uma forma de identidade pela repetição de práticas corporais estereotipadas – por meio de intervenções de *provocação* visando instituir uma zona de superposição de jogo (as do analista com as do paciente).

Leda Mariza Fischer Bernardino escreve um interessante trabalho no qual revisa um grande número de contribuições

lacanianas sobre o tema, para propor – a partir da ilustração de um caso clínico – que a “escolha autista, enquanto fechamento para a função do Outro” seria tributária de um tempo de espera de um interlocutor. Essa condição expectante constituiria “um lugar privilegiado para o tratamento psicanalítico”.

Manoel Tosta Berlinck trata do autismo como um paradigma do aparelho psíquico. Partindo da constatação de que o autismo, enquanto “doença”, é um fato clínico relativamente raro, mas que desperta mesmo assim um interesse teórico muito grande, o autor buscará elucidar o enigma da fascinação exercida por esse quadro por uma perspectiva que articula o filogenético com o ontogenético. Berlinck considera, na mesma linha de Frances Tustin, que o autismo constitui um estado primitivo da mente, situado no limite entre o natural e o humano. Sendo o autismo primitivo, “ele é contemporâneo da constituição do aparelho psíquico no humano”. Tal estado originário não seria abandonado pelas transições graduais, mas por algo da ordem da “catástrofe”, que introduziria a representação e fundaria o psiquismo: “É essa identificação primitiva com a natureza irrepresentável que encontra, no autismo, um importante e complexo testemunho da natureza psicopatológica filogenética do humano”.

Do ponto de vista clínico, tratar-se-iam de crianças concebidas como “filhos naturais”, não marcados pela cultura. Essa falha em despertar na criança o desejo pela cultura e pela inscrição cultural produziria o autista, o qual “permanece ligado à natureza, ou seja, a um mundo sem representação.”

Philippe Willemart, baseando-se no trabalho de Maria Cristina Kupfer na *Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida*, busca mostrar as diferenças entre autismo e psicose. Avançando com grande rigor teórico, o autor discute os limites que se deve dar, no contexto epistemológico contemporâneo, a um pensamento estritamente estrutural no campo da psicopatologia.

O artigo “Transferência e interpretação na clínica com crianças autistas e psicóticas”, de Ângela Vorcaro, discute “a especificidade da posição da criança na linguagem e, conseqüentemente, a singularidade da posição transferencial do analista, nessas condições”. Por meio de uma consistente abordagem teórica dos pressupostos da clínica psicanalítica com crianças, a autora propõe que o autista recebe a demanda do Outro como negativa direta e que o que está em jogo na análise desses indivíduos “é a constituição de uma defesa contra o real – constituir um sujeito, a partir do alojamento do analista na posição de Outro Primordial, que opera sobre o *continuum* de gozo em que a criança está encravada no discurso do Outro”.

Alain Varnier, em seu artigo “Breves apontamentos sobre o autismo” concebe esse estado como uma condição defensiva, na qual “a criança obtura a fenda existente entre ela própria e a mãe, constituindo-se como objeto que completa o fantasma do outro”.

Já Nina Virgínia de Araújo Leite mostra em seu trabalho intitulado “Autismos”, a importância da distinção entre os planos fenomenológico e estrutural para que se possa conceber a direção da cura nesses casos. A autora explica que o plural inscrito nesse título visa justamente ressaltar a heterogeneidade entre a estrutura e suas atualizações. Partindo da feliz expressão de Contardo Calligaris que define o autismo como “a recusa a ser”, Nina Leite retoma “a indicação de Lacan de que o sujeito é uma resposta do real ao significante, resposta que pode ser de aceitação ou de recusa”, para sustentar que “no autismo, o que faz signo ao Outro é a recusa”. Daí decorre uma clínica que não pode mais se sustentar do assujeitamento ao significante, mas que, antes, deve poder conceber “as formas em que a ausência da captura do vivo pelo significante se impõe”.

“Tratar sem fim as crianças autistas?” é a questão que se colocam Jeanne Marie Costa Ribeiro e Márcia Gaspar Gomes. O trabalho parte de uma reflexão sobre a experiência institucional das autoras com crianças autistas, que as conduz à constatação de que nesses casos “o que parece insuportável é a demanda, a iniciativa do Outro.” A entrada no autismo, segundo elas, seria uma das formas de se enfrentar essa confrontação ao inaceitável da iniciativa do Outro, que se coloca a todos os humanos. A solução autista seria a de defender-se de ser tragado pela demanda do Outro pela recusa ao contato e buscando controlar seu mundo imediato de forma absoluta. O artigo termina com uma discussão sobre os critérios e as dificuldades para a saída da instituição, interrompendo aquela forma de tratamento continuado com aquela equipe. Para tanto, deve-se levar em conta tanto o caráter precário das melhoras obtidas, quanto a necessidade de que todos aceitem a condição de falta que implicará separação.

Maria Cristina Kupfer propõe em seu artigo “Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos” que o diagnóstico diferencial entre essas duas entidades clínicas deve superar a dicotomia organogênico/psicogênico, tão em voga nos tempos atuais. A autora mostra que Freud recusa situar a explicação da psicopatologia humana em um ou outro dos pólos dessa díade, concebendo, antes, um plano propriamente simbólico que precede a interação entre eles. Passa a falar, então, de uma “permeabilidade do biológico ao significante”, como forma de evitar a proposta de uma epistemologia híbrida que buscasse dar conta de uma possível articulação desses dois planos.

A segunda parte de seu texto investiga mais especificamente o diagnóstico diferencial psicose/autismo, chegando à proposição seguinte, inspirada no ensino de Lacan: “O autista está fora do campo da linguagem, enquanto o psicótico está na linguagem, mas fora do discurso”.

O dossiê se completa com a transcrição de uma apresentação de caso de uma criança atendida no *Lugar de Vida* e supervisionada por Alfredo Jerusalinsky.